

## **A GUERRA E O COLONIAL: POSIÇÕES, OPOSIÇÕES, LEGADOS<sup>1</sup>**

1. O título de uma recente coletânea de Eduardo Lourenço, que compila alguns textos publicados nos últimos cinquenta anos pelo ensaísta, faz notar que o colonialismo se teria constituído, ao longo do século XX português, como um “nosso impensado”, cuja presença, embora espectral, não teria deixado de modelar fortemente a história e a memória do país<sup>2</sup>. Encrustado numa espécie de psique nacional, a natureza desse “impensado” estaria sobretudo na incapacidade para se assumir a natureza histórica do colonialismo e os legados que ele deixou após se ter dissipado como realidade política. Esse bloqueio coletivo assumiu diferentes formas em distintos tempos históricos. Manifestou-se desde logo no tipo de apologia do Império efetuada pelo Estado Novo, que sobre a questão colonial vinha exacerbar e reconfigurar tópicos já formulados a partir de finais do século XIX<sup>3</sup>, e estendeu-se depois à dificuldade das oposições em propor narrativas alternativas e socialmente enraizadas a essa nação portuguesa imaginada pela ditadura como una e multicontinental. Caído o Estado Novo, a herança traumática de um passado por exorcizar continuaria a produzir os seus efeitos, observáveis nos ressentimentos sobre

---

<sup>1</sup> Este texto foi desenvolvido no âmbito dos projetos *ECOS: Historicizar Memórias da Guerra Colonial*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IF/00757/2013) e *CROME: Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC-2016-STG-715593).

<sup>2</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.

<sup>3</sup> Veja-se ALEXANDRE, Valentim, coord. – *O Império Africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

a “perda” de África, no modo como se desenhou a imaginação da Europa enquanto novo desígnio nacional ou nas manchas de silêncio sobre a guerra colonial e o seu contexto histórico.

No fundo, a persistência daquele “impensado” consistiu e consiste na naturalização do colonial através de dispositivos jurídicos, políticos, sociais e discursivos que o imaginam e representam como não-colonial. Essa invenção de um colonialismo ilibado do seu estatuto conjugou-se de múltiplos modos e em diversos tempos, e tanto é devedora de leituras que acentuam a excecionalidade da presença portuguesa em África, como se alimentam da dificuldade em interpretá-lo à luz do modelo que determina o entendimento dominante da experiência colonial enquanto tal. O sistema colonial assentava, pois, na “insólita pretensão, da parte dos portugueses, de não serem colonialistas”, fórmula que, paradoxal e simultaneamente, atestava assim a força e a fraqueza deste “colonialismo inocente”.<sup>4</sup>

Se o século XX português é marcado pela importância da questão colonial, a guerra é o acontecimento que fecha irremediavelmente esse tempo histórico. Resistindo ao ritmo descolonizador do pós-guerra, ela não será publicamente assumida como uma efetiva “guerra colonial”. O fenómeno estará, como se sabe, na origem do derrube do regime, que o Movimento das Forças Armadas (MFA) levará a cabo a 25 de Abril de 1974. Quarenta anos depois do fim da guerra entre o Estado português e os movimentos de libertação africanos, a guerra permanece ainda um palco de evocações fragmentadas e de amnésias persistentes. A forma como é rememorada – e como é silenciada – atesta a força de um acontecimento cuja existência não se confina ao seu início e fim cronológico.

2. Entre 1961 e 1974/5, o Estado português e movimentos independentistas africanos envolveram-se em conflitos armados dos quais iria resultar a independência de antigas colónias portuguesas no continente: Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Os

---

<sup>4</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 190.

acontecimentos em Goa, com a anexação do território por parte da União Indiana, em dezembro de 1961, assinalam uma derrota particularmente cara para o regime. Portugal procurará resistir aos “ventos de mudança” que se vinham desenhando desde o pós-Segunda Guerra Mundial – do qual a Conferência de Bandung (1955) representará um marco significativo, ao articular as propostas e expectativas independentistas afro-asiáticas – mas mais não fez do que adiar um desfecho e enfrentar um multisituado conflito em África.<sup>5</sup>

Com efeito, no início da década de 1960, Portugal estava a descompasso da História. Só no ano de 1960, 17 territórios africanos proclamaram a sua independência. No ano seguinte, em Angola, mais precisamente a 4 de fevereiro de 1961, grupos armados desencadeiam ações em Luanda, entre os quais a tentativa de assalto à Casa de Reclusão Militar, onde estavam vários presos políticos. No mês seguinte, a UPA (União dos Povos de Angola) organiza a revolta em fazendas no Norte, provocando milhares de mortos entre colonos e trabalhadores negros e suscitando uma reação não menos feroz. Havia começado a guerra. Nesse território, MPLA, UPA/FNLA e posteriormente a UNITA (que fará a sua aparição a 25 de dezembro de 1966), combaterão os portugueses e irão também digladiar-se entre si. Na Guiné, é o PAIGC, apostado em chegar à independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, quem conduzirá a luta vitoriosa contra os portugueses e a 24 de setembro de 1973 – meses depois do assassinato do seu líder, Amílcar Cabral – o movimento proclamará unilateralmente a independência do território. Em Moçambique, a luta armada vai ser conduzida no essencial pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Nesses anos, as guerras originaram mais de 8.000 militares mortos e 30.000 feridos, confinando a contabilidade apenas ao lado português. Cerca de 800.000 jovens oriundos da antiga Metrópole foram mobilizados para combater em África, um esforço humano cinco vezes maior, em termos comparativos, do que o empregue pelos Estados Unidos da América no

---

<sup>5</sup> Sobre o período, veja-se: ALEXANDRE, Valentim – *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

Vietname<sup>6</sup>. Algumas centenas de milhares de africanos foram incorporados na tropa portuguesa, um processo de “africanização” do conflito que foi crescendo com o andamento da guerra: na década de 1970, e tomando em conjunto os três teatros de operações, o recrutamento local representava já perto de 50% do total das tropas<sup>7</sup>. Não se conhecem dados completos e fiáveis sobre as vítimas feitas entre a população civil e entre os guerrilheiros africanos.

A guerra colonial foi o último estertor de um Império já anacrónico e um acontecimento que, fazendo parte dos mais vastos movimentos tectónicos que abalaram o Sul naqueles anos, foi também uma peça na influência da guerra fria em África. No solo africano, e não obstante as diferenças históricas entre os territórios, as guerras de libertação foram a marca fundacional, mas nem por isso isenta de ambiguidades, da criação das novas nações<sup>8</sup>. Os novos Estados recebiam dessas lutas a sua legitimidade direta e tinham de lidar com a necessidade de desmobilizar sectores da população e pensar o lugar daqueles que tinham combatido nas fileiras do exército colonizador. Saídos do conflito, esses países mergulhariam em sangrentas e duradouras guerras civis ou em sucessões de golpes de Estado. Como pôs em evidência o historiador João Paulo Borges Coelho, é necessário integrar também na análise dos conflitos civis pós-independência o papel que aí teve o “potencial de violência” que a militarização dos espaços coloniais durante a guerra havia originado.<sup>9</sup>

O impacto do passado colonial é ainda evidente na definição das fronteiras geográficas, na falta de investimento económico e de infraestruturas

---

<sup>6</sup> CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997. p. 106.

<sup>7</sup> GOMES, Carlos Matos – “A africanização na guerra colonial e as suas sequelas”, in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (2013) (orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2001. p. 127.

<sup>8</sup> CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David; FORREST Joshua; NEWITT, Malyn; SEIBART, Gerhard; ANDRADE, Elisa Silva – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst, 2002.; MORIER-GENOUD, Éric, ed. – *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill, 2012.

<sup>9</sup> COELHO, João Paulo Borges – “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie* 2003, 175-193.

e no baixíssimo grau de literacia da população; e a guerra, para além de produzir uma difusão considerável de armas pelo país, provocou vastos movimentos de deslocação das populações e fluxos de migração interna que deixaram aos novos países o desafio de acomodar um número muito significativo de deslocados e refugiados<sup>10</sup>. Com efeito, o lastro histórico que as sociedades ex-colonizadas carregam tem nos seus passados coloniais um peso tão significativo e por vezes determinante, ainda que frequentemente desvalorizado em análises e percepções públicas sobre o presente desses países.

3. No discurso produzido pelo Estado Novo, a guerra não foi publicamente assumida como tal, mas antes como ações armadas – levadas a cabo por “terroristas” e em boa medida estimuladas por agentes externos – dentro de um espaço nacional que se estendia até África. Como dirá Marcelo Caetano, reportando-se à situação quando tomou posse em 1968, conter os “bandos guerrilheiros [que] eram relativamente pouco numerosos e sem representatividade” era “uma questão de segurança interna”<sup>11</sup>. No xadrez diplomático, a política colonial portuguesa seria alvo de questionamentos crescentes na ONU (Organização das Nações Unidas) – que o país integrara em 1955 – e que viriam a subir de tom a partir de 1960, com a entrada na organização de uma série de novos Estados africanos, e nos anos imediatamente a seguir, com o início das investidas militares<sup>12</sup>. Nesse período, Portugal procurava apoios diplomáticos em alguns países ocidentais, ia invocando o princípio da não ingerência e salientava a especificidade jurídica dos territórios africanos sob sua jurisdição, que a revisão constitucional de 1951 passara a considerar, não já como “colónias”, mas como “províncias ultramarinas”.

No Portugal de então, a guerra ia sendo envolta num misto de exaltação e silenciamento. Três ordens de fatores ajudam a explicar o consentimento

---

<sup>10</sup> CHABAL, Patrick *et al.* – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002. p. 30-50.

<sup>11</sup> CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1975. p. 30.

<sup>12</sup> Cf. SILVA, A. E. Duarte – “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, n.º 130, 1995, pp. 5-50.

em torno da guerra na década de 1960. Em primeiro lugar, importa considerar a força de uma “mística imperial” – ou do que Valentim Alexandre chama de “mito da sagrada herança”<sup>13</sup> – que acentuava o papel civilizador e cristianizador de Portugal e que constituía um dos eixos centrais da construção de um imaginário nacional que se via como indelevelmente conectado com a época áurea das *Descobertas*. Sobretudo a partir de 1950 – substituindo visões anteriores, mais nitidamente racistas – a adoção quase-oficial do lusotropicalismo<sup>14</sup> como modelo interpretativo da experiência colonial portuguesa veio a defini-la como diferente e mais benigna relativamente às restantes experiências coloniais produzidas por outras potências europeias. A força deste mito ajuda a explicar a perplexidade com que, ainda hoje, se olha a questão da violência exercida na guerra, justamente porque não se lhes reconhecem razões, causas e contextos.

Em segundo lugar, e como frequentemente acontece no início dos conflitos militares, este foi acompanhado por um certo fervor nacionalista, insuflado pelos relatos e imagens unidirecionais de violência que os meios de comunicação difundiam – como as dos massacres cometidos, em março de 1961, pela União das Populações de Angola (UPA) sobre os colonos de ascendência portuguesa<sup>15</sup>. Abortada a tentativa de golpe militar de

---

<sup>13</sup> ALEXANDRE, Valentim – “A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX e XX)”, *Penélope*, n.º 15, 1995. p. 39-52.

<sup>14</sup> A teoria, elaborada por Gilberto Freyre na década de 1930, teve recepção significativa em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando veio substituir as teses de matriz mais claramente racistas, usadas para sustentar a legitimidade do “Império Colonial Português”, designação que o Ato Colonial de 1930 havia instituído. Apontando a capacidade inata dos portugueses em se miscigenar e interpenetrar culturalmente, o lusotropicalismo teve incorporação nas elites do regime mas também expressão visível diversificada na cultura de massas durante as décadas finais da ditadura. Ao mesmo tempo, a teoria foi usada para resistir às pressões internacionais para que o país iniciasse um processo de descolonização. Sobre o lusotropicalismo, cf. CARDÃO, Marcos – *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Lisboa, ISCTE-IUL, 2012. Tese de doutoramento.; CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.; CARDÃO, Marcos; CASTELO, Cláudia – *Gilberto Freyre. Novas leituras, do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.

<sup>15</sup> Como exemplo, a 19 de março de 1961, a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) lançava uma muito concorrida “campanha nacional de auxílio às vítimas do terrorismo em Angola”, que visava recolher donativos a enviar à Cruz Vermelha de Luanda e que surge definida como uma “tarefa de solidariedade humana” e uma “demonstração, também, de que, em todos os sectores e por todas as formas, nos associamos firme e decididamente a

Botelho Moniz, definida a opção de avançar para Angola “rapidamente e em força”, o regime conseguiu organizar demonstrações significativas de apoio ao esforço de guerra, como a manifestação nacional que decorreu no Terreiro do Paço, em Lisboa, a 27 de agosto de 1963, e tornando, justamente a partir desse ano, o 10 de junho – “Dia da Raça” – numa homenagem às Forças Armadas Portuguesas.

Um terceiro fator que ajuda a explicar o consentimento relativamente à guerra – ou, de outra forma, o silenciamento da sua crítica – está nos mecanismos de censura existentes e no cerceamento das liberdades públicas, originando uma situação em que a informação disponível estava significativamente filtrada. A isto deve somar-se ainda uma cultura de resignação que era determinada, entre outros aspetos de natureza histórica e social, pela criminalização e demonização do debate político – e, portanto, da discussão sobre a realidade da guerra ou sobre a sua legitimidade. Era a eficácia do que o historiador Fernando Rosas designa como “violência preventiva”, esse conjunto de órgãos de vigilância, de ordem pública e de inculcação ideológica que incitavam à obediência e que limitavam fortemente a expressão de posicionamentos contrários à norma social e política definida pelo Estado Novo.<sup>16</sup>

Por fim, importa ainda considerar a vontade ativa do regime em esconder da sociedade os impactos da guerra. Como anota Matos Gomes, o regime que promoveu a guerra nunca deu apoio institucional aos combatentes e nunca organizou um serviço de apoio aos familiares de mortos e feridos, a quem era comunicado o sucedido através de telegrama assinado pelo comandante do Depósito Geral de Adidos, informando do facto e apresentando as respetivas condolências do Ministro. Os militares feridos e enviados para a antiga Metrópole desembarcavam de maneira quase

---

quantos esforços seja mister realizar para afirmarmos a nossa determinação de mantermos portuguesa (só e sempre portuguesa!), contra todas as intrigas e vilezas, contra todas as ameaças e violências, contra todos os desafios e provocações – a terra há mais de 4 séculos portuguesa de Angola!”. Citado por CÁDIMA, Francisco Rui – “O Telejornal e a Guerra Colonial (1961-1974)” In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2009*, ed. Moisés de Lemos Martins e Rosa Cabecinhas, Braga: Lusocom/Sopcom, 2010. p. 97-114.

<sup>16</sup> ROSAS, Fernando – *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012. p. 196-202.

clandestina, entregues a cargo de uma instituição não-governamental – a Cruz Vermelha – e em alguns casos afundando-se num regime de invisibilidade.<sup>17</sup> Uma invisibilidade que, reconfigurada, se perpetuaria no pós-25 de Abril. Como acentua Bruno Sena Martins, os Deficientes das Forças Armadas, “regressados da guerra amputados, cegos, surdos, paraplégicos, com transtornos de estresse pós-traumático, etc., constituíram a expressão viva de um trauma coletivo que a ordem social democrática quis esquecer.”<sup>18</sup>

4. As oposições tiveram, até muito tarde, dificuldade em produzir contra-imagens do país e do Império capazes de disputar cultural, social e política a ordem colonial. O *Programa para a Democratização da República*, elaborado em 1961 pela oposição republicana, defendia a democratização do Ultramar e o repúdio pela discriminação racial ou política mas num quadro de manutenção da relação política com a chamada Metrópole.<sup>19</sup> À semelhança dos defensores do regime, uma boa parte dos velhos republicanos eram declarados defensores do Império e da ideia de um Portugal pluricontinental. Em 1962, Cunha Leal escrevia que “todos os portugueses dignos desse nome” recusariam com veemência a ideia de se fugir “das nossas colónias como lebres acossadas, deixando ficar por lá o produto de um labor honesto e civilizado e entregando os seus autóctones à cobiça de estrangeiros rapaces e inescrupulosos e ao próprio desvairo de condenáveis ancestralidades”<sup>20</sup>. Os próprios socialistas, agrupados em 1964 em torno da ASP (Ação Socialista Portuguesa), mantêm uma posição ambígua durante a década de sessenta, condenando

---

<sup>17</sup> GOMES, Carlos Matos – “Quotidianos da Guerra Colonial”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (eds.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p.173.

<sup>18</sup> MARTINS, Bruno Sena – “Guerra e Memória Social: a deficiência como testemunho”, *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 1, 2013. p. 3-22.

<sup>19</sup> *Programa para a Democratização da República*, 31 de janeiro de 1961.

<sup>20</sup> LEAL, Cunha – *A Pátria em Perigo*. Lisboa: Edição do autor, 1962. p. 151.

a política colonial, mas só tarde afirmando o direito à independência dos povos colonizados.<sup>21</sup>

Por seu turno, o PCP (Partido Comunista Português) desde cedo erigiu um discurso anticolonial que oscilou entre uma retórica nacionalista que acentuava os custos da guerra para o país e um “modo proletário” que vincava a solidariedade internacionalista com as colónias<sup>22</sup>. A política de unidade antifascista com os sectores republicanos – que durante a década de 1950, sob o signo da “guerra fria”, se encontrava praticamente inoperativa – contribuía para marginalizar a abordagem da questão colonial, num quadro em que se adivinhavam as lutas independentistas em África e em que Goa se tornaria num foco de conflito, terminado com a sua anexação pela União Indiana. Na verdade, quando eclode a guerra em Angola, apenas o PCP reconhecia explicitamente o direito à autodeterminação e à independência das colónias. Na primeira metade da década de 1950, o partido exige a “autodeterminação dos povos de Goa, Damão e Diu” e defenderá o *slogan* “nem mais um soldado para a Índia”<sup>23</sup>. Será, porém, no decorrer do seu V Congresso, em setembro de 1957, que substituirá a sua posição anterior, baseada na criação de secções locais do partido nas colónias, por uma outra que consistia em apoiar partidos com base e direção africana e destinados a lutar pela independência.

Com efeito, até meados da década de 1960, a fratura política desenhada pela oposição tendia a contrapor ditadura e democracia, secundarizando-se a questão colonial. É certo que o PCP, força mais antiga e estruturada na oposição, defendia o direito dos povos coloniais à sua autodeterminação. Um impulso novo seria dado por outras áreas políticas que viriam nos anos 1960 a contribuir também para uma crescente consciência crítica relativamente à guerra: ora através da contraposição entre colonialismo e

---

<sup>21</sup> MARTINS, Susana – *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 178-179.

<sup>22</sup> NEVES, José – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China; MADEIRA, João – *História do PCP. Das origens aos 25 de Abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

<sup>23</sup> NEVES, José – “The Role of Portugal on the Stage of Imperialism: Communism, Nationalism and Colonialism (1930–1960)”, *Nationalities Papers*, 37 (4), 2009. p. 490.

paz, sobretudo o ativismo dos chamados “católicos progressistas”, centrado na veiculação de informação alternativa sobre a guerra, em publicações como *Direito à Informação*, *Cadernos GEDOC* ou *Boletim Anti-Colonial*; ora através da imbricação entre colonialismo e capitalismo, devendo aqui realçar-se o papel de pequenos grupos de extrema-esquerda, que sinalizavam a irrupção de uma esquerda à esquerda do PCP, que na verdade não tinha expressão coletiva desde o desaparecimento do anarquismo organizado, em finais da década de 1930.

Em alguns casos, estes novos grupos eram herdeiros da FAP (Frente de Ação Popular) e do CMLP (Comité Marxista-Leninista Português), organizações fundadas a partir da rutura de Francisco Martins Rodrigues com o PCP em 1963.<sup>24</sup> Fora desta área plural “marxista-leninista” – ou maoísta – surgem ainda grupos de matriz socialista radical, de influência trotskista ou guevarista ou marcados pelo imaginário da libertação pelas armas. A estas organizações presidem uma série de características que vêm renovar o *modus operandi* do oposicionismo. Em primeiro lugar, erguem como bandeiras privilegiadas a luta contra a guerra colonial e a defesa da transformação revolucionária da sociedade, através de um discurso radicalizado e voluntarista. Em segundo lugar, elegem novos ícones políticos, como é o caso de Ho Chi Minh, Mao Tsé Tung e Che Guevara. Em terceiro lugar, e como consequência disso, é introduzido um estilo diferente de confrontação com o poder, mais direto e audacioso, que passava pela promoção de manifestações temerárias, pela distribuição de panfletos em pleno dia ou pelo apedrejamento de instituições bancárias.

A questão que viria a estar no centro de polémicas entre esta área política e o PCP resultava da posição a adotar por parte daqueles que

---

<sup>24</sup> Uma parte deste ativismo é desenvolvido no “exterior” – especialmente junto da emigração portuguesa que se encontra instalada em França – por herdeiros do CMLP em constantes processos de cisão. Refira-se no “exterior” – mas também no movimento estudantil lisboeta e portuense – o papel do PCP (m-l) e das suas estruturas frentistas. No “interior” do país destacavam-se ainda dois grupos: o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), fundado em setembro de 1970; e a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa), criada em finais de 1972 a partir da fusão entre *O Comunista*, particularmente presente em França, e *O Grito do Povo*, especialmente radicado no norte do país. Veja-se CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

eram chamados a combate. Apesar de afirmar não se opor genericamente às deserções, sobretudo se coletivas, o PCP estimulava os seus membros à recusa das “deserções individuais”. Para o partido, a opção mais correta seria ir tão longe quanto possível, inclusive até aos campos de batalha, para esclarecer os outros soldados e organizar a rejeição ao combate, proposta que seria clarificada numa resolução do Comité Central, datada de junho de 1967<sup>25</sup>. Pelo contrário, a generalidade dos grupos de extrema-esquerda viria a defender a deserção e criaram estruturas de apoiavam a saída do país a quem recusava a guerra.

Importa notar, a esse respeito, que a contestação ao conflito em Portugal se mantivera, durante a década de 1960, muito circunscrita a alguns círculos localizados de reflexão e ativismo ou, num outro nível, o papel de estruturas como a Casa de Estudantes do Império<sup>26</sup>. Em fevereiro de 1968, uma manifestação contra a guerra do Vietname em frente à Embaixada dos EUA, organizada por sectores da emergente extremaesquerda, havia já indiretamente trazido o tema para a rua. No entanto, num importante conflito estudantil ocorrido em Coimbra, em 1969, a guerra colonial ainda está ausente do catálogo explícito de reivindicações. Logo a seguir, nesses anos finais do Estado Novo – em que se mantinha o isolamento internacional do país e em que o marcelismo endurecia em palavras e atos – viria a ganhar força um ativismo anticolonial animado, sobretudo,

---

<sup>25</sup> “Os militares comunistas devem trabalhar para estimularem e organizarem as deserções. Mas eles próprios não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária. O Comité Central considera que as numerosas deserções de membros do Partido, embora integradas no protesto e na resistência contra a guerra, não têm sido favoráveis ao desenvolvimento e organização do movimento revolucionário. Se todos os elementos revolucionários abandonassem as forças armadas, estas converter-se-iam num instrumento dócil e mais eficiente da política fascista. Se muitos elementos revolucionários que desertaram das forças armadas aí tivessem permanecido, poder-se-ia hoje contar com uma mais forte organização militar revolucionária.” “Resolução sobre Deserções”, *Avante!*, n.º 382, Setembro de 1967, p. 4.

<sup>26</sup> Sobre a CEI veja-se, por exemplo: CASTELO, Cláudia; JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org) – *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais*. Lisboa: Edições 70.

por uma juventude escolarizada, politizada e ameaçada pelo fantasma da mobilização.<sup>27</sup>

5. A incapacidade do regime em responder ao problema da guerra conduziria a uma crescente insatisfação nas frentes de combate e à criação do Movimento das Forças Armadas, que a 25 de Abril poria fim à ditadura. Em menos de um ano, uma conspiração militar constituída por oficiais de patente intermédia passava das reivindicações corporativas à consciência de que a guerra apenas terminaria com o derrube da ditadura. Muitos deles são politizados justamente em contacto com oficiais ou com milicianos que vinham de Portugal com uma razoável consciência política, muitas vezes forjada no seio das oposições ou dos combates travados contra a ditadura. O exército, suporte tradicional do regime, seria a alavanca que o faria tombar. O golpe militar abria assim caminho a um período revolucionário em que se destruiu o aparelho repressivo proveniente da ditadura, se questionou a estrutura da propriedade, se conquistaram liberdades públicas e se processou o fim da guerra e, conseqüentemente, do Império.

Embora a clivagem em torno da “descolonização” ficasse resolvida com a afirmação das dinâmicas independentistas nas antigas colónias e, domesticamente, com a derrota da linha do General Spínola, em setembro de 1974, isso não significa que a guerra não deixasse de influenciar processos ocorridos no período revolucionário. É a experiência da guerra – e o anticolonialismo que aí se forjou – que, em boa medida, explicam proclamações como a de ser necessário empreender – palavras do MFA em junho de 1975 – um “processo de descolonização interna” que assegure a “independência nacional” e a “construção de uma sociedade socialista”<sup>28</sup> e que ajudam também a compreender a dinâmica geral de fenómenos

---

<sup>27</sup> BEBIANO, Rui – *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebedia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.; CARDINA, Miguel – “The War Against the War. Violence and Anticolonialism in the Final Years of the Estado Novo”, in Bryn Jones and Mike O’Donnell (org.), *Sixties Radicalism and Social Movement Activism. Retreat or Resurgence?*. Londres: Anthem Press, 2010. p. 39-58.

<sup>28</sup> MFA. Plano de Ação Política do CR -21/6/75.

como o das Campanhas de Dinamização Cultural<sup>29</sup>. Estas campanhas não deixam, pois, de ser devedoras do que os militares haviam aprendido na guerra – no âmbito da “acção psicossocial”, desde logo – mas também se inspiraram num certo imaginário terceiro-mundista e num certo entendimento da libertação pela cultura, que estava em linha, aliás, com algumas práticas desenvolvidas por movimentos independentistas africanos (caso da FRELIMO e do PAIGC). Naqueles meses quentes, a experiência da guerra transmutara-se em experiência da revolução, num gesto que pretendia significar um reencontro entre um Exército e o seu povo e que buscava redimir as Forças Armadas pela participação numa guerra considerada injusta.

A memória da guerra não deixaria, porém, de se revelar problemática nos anos seguintes. Em primeiro lugar, o facto de militares que fizeram a guerra terem também feito a revolução curto-circuitou, em boa medida, a continuidade entre os dois momentos históricos: a importância do levantamento militar tendeu a sobrepor-se e a rasurar o debate público sobre a guerra, nomeadamente nas suas vertentes mais sangrentas. Em segundo lugar, o facto de estarmos perante um momento histórico que envolveu episódios de forte violência é, em si mesmo, uma das razões para que as memórias da guerra permaneçam circunscritas ao domínio privado ou do núcleo de camaradas de armas que regularmente se vão encontrando.

Seria na década de 1990 que o tema da guerra reforçaria a sua visibilidade. Em 1994 seria inaugurado um “Monumento aos Combatentes do Ultramar”, ao mesmo tempo que cresciam pequenos monumentos em muitas vilas e cidades do país e se multiplicavam encontros, reuniões e convívios de ex-combatentes. Em 1999, a lei 46/99 estendia o conceito de “deficiente das Forças Armadas” aos portadores de “perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar” e o Estado assumia o dever de criar uma rede

---

<sup>29</sup> Sobre as Campanhas de Dinamização Cultural veja-se ALMEIDA, Sónia Vespeira de – *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: IELT-Colibri, 2009.

nacional de apoio a estes ex-militares<sup>30</sup>. De acordo com Manuel Loff, num importante estudo sobre a memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático, consolidam-se então leituras sobre a guerra e o colonialismo simultaneamente antagónicas e comunicantes. Por um lado, manteve-se no essencial a perceção de que o 25 de Abril consistira numa rutura socialmente benéfica para a larga maioria da população, o que colocava a ditadura e a guerra como uma espécie de contraponto negativo que a Revolução dos Cravos havia suplantado. Por outro lado, uma certa memória valorizadora da “África perdida”, articulada com a ideia de uma descolonização atabalhoada e profundamente lesiva, criou o pano de fundo para a proliferação de imagens nostálgicas de timbre lusotropicalizante que tendem a omitir o papel da violência colonial. Como refere a este respeito, “ao mesmo tempo que se percebera que a guerra fora um instrumento inaceitável de bloqueio do direito à autodeterminação dos africanos, uma parte provavelmente maioritária da sociedade não achava, como parece ainda hoje ser o caso, que a dominação colonial fora igualmente inaceitável.”<sup>31</sup>

6. No fundo, trata-se de uma certa reconfiguração da ideia de excecionalidade da experiência colonial portuguesa. Este é um tópico que, ainda hoje, mantém forte capacidade de inscrição social, como podemos ver, a título ilustrativo, tomando em consideração os discursos proferidos pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, entre 2006 e 2015, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho. Aqui vemos como a questão colonial é re-situada aqui através de um mecanismo que omite os processos mais relacionados com a violência e a guerra e que faz emergir aquele que seria um traço duradouro na psique portuguesa,

---

<sup>30</sup> Lei 46/99. Sobre o Stress Pós-Traumático veja-se: Afonso Albuquerque e Fani Lopes – “Características de um grupo de 120 ex-combatentes da guerra colonial vítimas de ‘stress de guerra’”, *Vértice*, 58, 28-32; QUINTAIS, Luís – *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da História*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

<sup>31</sup> LOFF, Manuel – “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”. In: Loff, Manuel; Soutelo, Luciana e Piedade, Filipe, *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 56.

a “vocação universalista”. Palavras como “colonial”, “colonialismo”, “colonização”, “lutas de libertação”, “escravatura”, “movimentos de libertação” ou mesmo “guerra colonial” não surgem uma única vez (e há apenas uma menção à guerra, fazendo-se menção abstrata a um tempo histórico em que “ca a um regime cansado de guerra”), ao mesmo tempo que existem amplas referências ao carácter convivial do povo português<sup>32</sup>.

Ou seja, nesses discursos a questão colonial é deslocada através de um mecanismo que omite os processos históricos ligados à dominação econ mica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do patrim nio e do Mar como componentes diferenciadoras da experiência colonial portuguesa. Nenhum destes elementos é propriamente novo, reciclando um conjunto de t picos sobre os “Descobrimentos” e a excepcionalidade da presenç  lusitana no mundo, com recurso a uma nova linguagem e conferindo primazia a aspetos como a t nica na ideia de um “Portugal europeu” como agente do processo de expansão colonial. Se estas interpretações do passado revelam uma dada leitura da História – e dos seus usos no presente – elas d o conta também da dificuldade em evocar o racismo, a dimensão violenta do colonialismo e a forma traumática como se encerrou o ciclo do Império. Como nos recorda Eduardo Lourenço, Portugal é o lugar “da mais espetacular boa consciência colonial que a História regista”, baseado no esquecimento ativo de que “o seu império era fruto da colonização, isto é, do encontro com outrem sob uma forma que não exclui, nem excluiu, a violência”.<sup>33</sup>

7. Saliente-se, por fim, que a guerra foi, até há pouco tempo, alvo de escasso tratamento historiográfico. Foi o campo literário quem primeiro, no pós-25 de Abril, produziu obras capazes de se transformar em *locus* privilegiado de reflexão e catarse sobre a experiência colonial portu-

---

<sup>32</sup> Cf. CARDINA, Miguel – “Memórias Amn sicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial”, *Configurações*, n.é 17, 2016. p. 31-42.

<sup>33</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e pr facio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 137. Texto “Consciência Africana e Situação Nacional”, publicado originalmente em 1976, com base em notas redigidas em 1962 e 1963.

guesa e a forma como se efetuou o seu desfecho – de que os exemplos mais conhecidos são *Os Cus de Judas* (António Lobo Antunes, 1.<sup>a</sup> edição: 1979) e *A Costa dos Murmúrios* (Lídia Jorge, 1.<sup>a</sup> edição: 1988)<sup>34</sup>. Na verdade, um vasto conjunto de romances e poemas foram-se projetando, em finais da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, como mecanismos de problematização do passado colonial e da experiência da guerra, configurando o que Paloma Aguilar Fernandez – ao referir-se ao papel da cultura no estilhaçar do silêncio em torno da guerra civil espanhola – classificou como “entesouramento do silêncio”<sup>35</sup>. A este *corpus* se juntaria um número progressivamente crescente de memórias vindas a lume nos anos seguintes. Mais recentemente, emergiram um conjunto de documentários e de outros produtos culturais de alcance mediático – de que o mais significativo foi a série televisiva *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado e exibida na RTP 1, em 42 episódios, entre 2007 e 2012.<sup>36</sup>

A verdade é que a guerra se transformou, nos últimos quarenta anos, num território complexo de evocações, reflexões e exercícios de natureza artística, literária e documental. Duas parecem ser as vias dominantes de consideração do conflito. A primeira inscreve-a enquanto experiência vivida, registada nos corpos e nas mentes de quem aí esteve e que rememora a guerra – frequentemente a partir da tónica convival, noutras

---

<sup>34</sup> Sobre o tema na guerra no romance e na poesia portuguesa, cf. por exemplo: TEIXEIRA, Rui de Azevedo – *A Guerra colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.; MEDEIROS, Paulo de – “Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars”, in Timothy Ashplant; DAWSON, Graham; ROPER, Michael (eds.) – *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge, 2000. p. 47-76; RIBEIRO, Margarida Calafate – *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.; RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto (eds.) – *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2011.

<sup>35</sup> FERNANDÉZ, Paloma Aguilar – *Memoria y Olvido de la guerra civil española*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

<sup>36</sup> Em 2007, o programa de debate televisivo *Prós e Contras* exibiu mesmo uma sessão especial aquando do lançamento da série. O tom dominante acabou por deixar entrever a persistência de certos tópicos. Para além de um claro enfoque nas dimensões militares e diplomáticas, uma parte significativa do debate acabou por se centrar na justeza ou não das expressões “guerra do ultramar” ou “guerra colonial” para caracterizar o conflito. Ou seja: se se deveria assumir a designação mais comum no pós-25 de Abril e genericamente acolhida pela crítica historiográfica (“guerra colonial”); ou se, em alternativa, seria de acolher como boa a nomenclatura avançada pelo Estado Novo, elaborada no quadro das reformulações jurídicas que empreendeu a partir de 1951 para fazer frente às pressões descolonizadoras surgidas no pós-guerra (“guerra do ultramar”).

realçada a dimensão do estranhamento, outras ainda os aspetos bélicos propriamente ditos. A segunda tende justamente a entender a guerra sobretudo a partir da ótica militar e/ou diplomática com uma consideração nem sempre equivalente aos contextos políticos, culturais e sociais nas quais ela se desenrola nem aos mecanismos de desencadeamento da violência – não apenas no quadro estrito da guerra, mas na mais vasta ordem colonial e nas suas plasticidades.

No fundo, a memória da guerra em Portugal diz-nos tanto sobre o que foi aquele conflito como nos convida a pensar de que forma as sociedades metropolitanas têm permanecido sensíveis, ou não, ao eco difuso dos passados coloniais. Terminada enquanto fenómeno histórico, a guerra não deixa de permanecer viva no Portugal contemporâneo, como um legado profundo inscrito nas memórias e nos corpos de quem a combateu ou, de algum modo, vivenciou e nas representações de um país que articula com dificuldade esse acontecimento porque o seu lugar e significado permanece ainda um espaço em disputa.